

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS OITOCENTISTAS

EMILY GONÇALVES DE MEDEIROS FERREIRA*

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling), João Pessoa, PB, Brasil.

Recebido em: 29 abr. 2024. Aprovado em: 3 maio 2024.

Como citar este artigo: FERREIRA, E. G. de M. O ensino de língua portuguesa em gramáticas brasileiras oitocentistas. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 131-148, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n2p131-148

Resumo

O artigo reflete sobre a gramaticografia brasileira oitocentista e sua relação com o ensino de língua portuguesa, a partir de uma perspectiva historiográfica (Koerner, 2014a, 2014b; Swiggers, 2013, 2019, 2020). Primeiramente, apresenta-se um breve panorama da atmosfera intelectual do século XIX na qual se inscreve a produção gramatical brasileira do português. Em seguida, analisam-se questões sobre o ensino de língua portuguesa que atravessam as gramáticas de Beserra (1861), Villeroy (1870), Pacheco e Lameira (1887) e Ribeiro (1889), com foco nos *paratextos* dessas gramáticas, na biobibliografia dos autores e em sua auto percepção refletida nas obras.

* E-mail: emily.gmf@outlook.com
 <https://orcid.org/0000-0002-7081-8081>

Palavras-chave

Historiografia da linguística. Gramaticografia brasileira. Ensino de língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema a gramaticografia brasileira oitocentista e sua relação com o ensino de língua portuguesa. As discussões empreendidas neste trabalho partem de alguns dos resultados apresentados na dissertação de mestrado *Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas* (Ferreira, 2021),¹ na qual propus uma investigação sobre a emergência e o desenvolvimento do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal na língua portuguesa. Foram examinadas 16 gramáticas de autoria brasileira publicadas ao longo do século XIX.

Neste estudo, proponho a análise de questões sobre o ensino de português encontradas nos *paratextos* (títulos, subtítulos, epígrafes, dedicatórias, advertências, apresentações, assinaturas) de quatro dessas gramáticas.

Quadro 1 – Obras selecionadas

Ano	Autoria	Título
1861	Manoel Beserra	<i>Compendio de grammatica philosophica</i>
1870	Frederico de Villeroy	<i>Compendio da grammatica portugueza</i>
1887	Manuel Pacheco e Boaventura Lameira	<i>Noções de grammatica portugueza, de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno</i>
1889	João Ribeiro	<i>Grammatica portugueza (3º anno)</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

O estudo se fundamenta nas diretrizes teórico-metodológicas da historiografia da linguística (Koerner, 2014a, 2014b; Swiggers, 2013, 2019), empreendimento metodológica e epistemologicamente consciente de se registrar a história

¹ A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

dos estudos sobre a linguagem e as línguas, e pretende contribuir sobretudo para os estudos desenvolvidos no âmbito da *historiografia da gramaticografia* (Swiggers, 2020).

Na próxima seção, procuro contextualizar brevemente a atmosfera intelectual do século XIX na qual se inscreve a produção gramatical brasileira do português, além de destacar algumas das principais características dessa gramaticografia e do ensino da língua no período. Na seção seguinte, que se organiza em quatro subseções, examino a biobibliografia dos gramáticos e os *paratextos* das gramáticas supracitados, observando aspectos da relação entre a constituição dessas obras, a autopercepção dos autores e o ensino de língua portuguesa. O artigo se encerra com uma síntese conclusiva.

O BRASIL OITOCENTISTA E A PRODUÇÃO GRAMATICAL

O século XIX foi um período crucial na formação histórica do português brasileiro. As diferenças entre o português falado no Brasil e o português falado em Portugal se intensificaram ao longo desse período, o que contribuiu para uma maior consciência da *dualidade* da língua (Coelho; Danna; Polachini, 2014). Isso levou a uma série de debates a respeito da identidade da língua brasileira, questão que ganhou destaque principalmente a partir da segunda metade do século.

Um vislumbre dessa atmosfera intelectual oitocentista pode ser apreendido, por exemplo, a partir do ensaio “Instincto de nacionalidade”, de Machado de Assis, publicado em março de 1873, onde se lê o seguinte:

Entre os muitos meritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro vêr intercallado em bom estylo os solecismos da linguagem commum, defeito grave, a que se juncta o da excessiva influencia da lingua franceza. Este ponto é objecto de divergencia entre nossos escriptores. Divergencia digo, porque, se alguns cahem naquelles defeitos por ignorancia ou preguiça, outros ha que os adoptam por principio, ou antes por uma exaggeração de principio (Machado de Assis, 1873, p. 108).

Nesse cenário, havia aqueles que, como Machado de Assis, consideravam um “defeito grave” o uso de estruturas da “linguagem commum” brasileira no texto escrito. Outros, por sua vez, adotavam e defendiam essa prática

argumentando, a partir de uma convicção às vezes extremista, que essas diferenças deveriam ser evidenciadas. Contudo, cabe notar que nem todos os usos eram intencionais; como o próprio autor observa, havia também aqueles que utilizavam essas estruturas por “ignorância ou preguiça”.

Apesar dessas diferentes posturas, em geral, não se negavam as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu. Isso é demonstrado em outro trecho do mesmo artigo:

Não ha duvida que as linguas se augmentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no seculo de quinhentos é um erro igual ao de affirmar que a sua transplantação para America não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influencia do povo é decisiva. Ha portanto certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no dominio do estylo e ganham direito de cidade (Machado de Assis, 1873, p. 108).

Ou seja, as mudanças na língua portuguesa falada no Brasil eram reconhecidas por falantes e estudiosos do século XIX; contudo, os limites da influência desse falar sobre a escrita estavam em debate e eram defendidos ou condenados a partir de diferentes perspectivas.

Paralelamente a essas discussões, as aulas de língua portuguesa da primeira metade do século XIX interditavam as variedades faladas pelo povo. De acordo com Vieira (2018, p. 140), “a norma-padrão lusitana era o objeto de um ensino destinado a um alunado oriundo das classes privilegiadas, que já chegava com algum conhecimento das variedades de prestígio”. Entretanto, não havia condições de oferta de ensino gratuito por parte das províncias, nem uma política educacional por parte do governo central que integrasse toda a população.

É nesse contexto que se insere a gramaticografia brasileira da língua portuguesa, que emergiu a partir da publicação do *Epitome da gramática de língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva (Rio de Janeiro, 1755 – Pernambuco, 1824), cuja primeira edição foi impressa em Lisboa, no ano de 1806. Cabe lembrar que somente em maio de 1808, com a instalação da *Impressão Régia*, no Rio de Janeiro, passou a haver atividade tipográfica no Brasil, dando início à circulação de textos jornalísticos e literários de autoria e imprensa locais. Na gramaticografia do português, Polachini (2018) aponta a *Arte da grammatica portugueza, para uso de seus discipulos*, escrita pelo Padre Inácio Felizardo Fortes (1785 – Cabo Frio, 1856) e impressa em 1810, como a mais antiga obra publicada em território brasileiro.

Em linhas gerais, os gramáticos do século XIX também reconheciam as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu, que, ao longo do tempo, foram incorporadas às obras, ainda que não atingissem uma quantidade expressiva ou uma posição de norma-padrão. A abordagem gramatical do português, propriamente dita, seguia mais ou menos os moldes das gramáticas portuguesas, e, especialmente na primeira metade do século, as mudanças observáveis consistiam em algumas reorganizações nas classes de palavras e na tentativa de apresentar abordagens didáticas mais eficazes (cf. Borges Neto, 2022).

Vieira (2018, p. 126) afirma que as gramáticas normativas publicadas na primeira metade do século XIX costumavam seguir, explícita ou implicitamente, a tradição lógica racionalista e universalista de Port-Royal:

Escrita por dois monges franceses, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), por volta de 1660, e intitulada *Grammaire générale e raisonnée de Port-Royal* (em português, *Gramática de Port-Royal ou Gramática geral e razoada*), a gramática de Port-Royal é um marco importante no histórico de constituição das gramáticas das línguas europeias e, em particular, da normatização da língua francesa, partindo muitas outras gramáticas das ideias difundidas por elas.

Essas obras tomavam por pressuposto uma correlação entre *língua e razão*, isto é, entre linguagem e raciocínio lógico, considerando haver princípios gerais ou universais (comuns a todas as línguas) e princípios particulares (próprios de cada língua).

Já na segunda metade do século XIX, agregou-se aos estudos linguísticos brasileiros um novo tipo de investigação: o modelo filológico ou histórico-comparativo. De acordo com Faraco (2005), a linguística histórica, que tem suas raízes no final do século XVIII, diz respeito à análise sistemática das mudanças das línguas no decorrer da história. Essa corrente se baseia em princípios relacionados à prática científica moderna, como a construção de modelos teóricos e a abordagem empirista.

A despeito da adoção da perspectiva histórico-comparativa na produção gramatical brasileira, a abordagem racionalista não perdeu o seu lugar na gramaticografia. De fato, os dois modos de estudo coexistiam: o primeiro adotando uma abordagem científica de natureza filológica e comparativista; o segundo seguindo o pensamento gramatical filosófico dos séculos XVII e XVIII.

Nesse contexto, a concomitância desses dois modos de estudo da língua portuguesa no Brasil resultou em uma influência mútua (cf. Borges Neto, 2022). Isso ocorreu porque, ao contrário do que se costuma observar na história das ciências exatas e da natureza, por exemplo, não se estabeleceu a soberania de um método ou modelo teórico específico, mas sim sua coocorrência no panorama intelectual do período.

Em suma, a gramaticografia brasileira do século XIX se caracteriza pelo atravessamento de diferentes perspectivas teóricas, como as ideias oriundas da tradição greco-latina, do racionalismo de Port-Royal e dos estudos filológicos e comparatistas, que se estabeleciam em relações de (des)continuidade de acordo com os objetivos dos autores e com os interesses intelectuais e político-sociais em evidência (cf. Ferreira, 2021). Contudo, uma característica comum às obras no decorrer do século diz respeito a um propósito pedagógico vinculado à produção gramatical.

Polachini (2018) apresenta um mapeamento descritivo e interpretativo de dados sobre 204 gramáticas publicadas ao longo dos Oitocentos. Entre outros aspectos dessa produção, a autora observa que era comum que os gramáticos brasileiros direcionassem suas obras a um contexto escolar, tendo como público-alvo ora *alunos*, no geral, ora níveis específicos de ensino – sobretudo a *Instrução Primária*, possivelmente como um reflexo do processo de escolarização do país.

Essa característica também foi percebida em Ferreira (2021), dissertação de mestrado já mencionada neste artigo, em que desenvolvi uma análise historiográfica do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal a partir de 16 gramáticas do século XIX. Entre outras questões, o exame desse conjunto de fontes observou, em geral, uma estreita relação entre as obras e o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa, ora nos compromissos sociopolíticos explicitamente assumidos por seus autores, ora na função prática alcançada por elas. À guisa de exemplo, na próxima parte do texto, apresento parte desses resultados, tendo elegido, do *corpus* total, quatro gramáticas publicadas no Brasil que são voltadas ao ensino de português e que trazem textos de apresentação² escritos pelos gramáticos.

2 Consideram-se como “textos de apresentação” seções de *apresentação*, *prefácio*, *prólogo*, entre outros termos, que situam a obra em relação a seus propósitos sociopolíticos e intelectuais e/ou em relação ao *clima de opinião* do período em que veio a lume.

AS GRAMÁTICAS E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nas seções a seguir, são exploradas questões sobre o ensino de língua portuguesa que atravessam as gramáticas de Beserra (1861), Villeroy (1870), Pacheco e Lameira (1887) e Ribeiro (1889). Para isso, examinam-se os *paratextos* das gramáticas. Também são considerados dados biobibliográficos dos autores – que foram consultados principalmente nos trabalhos de Martins (1978), Sacramento Blake (1883-1902), Rocha (2007) e Polachini (2018) – e sua autopercepção em relação a ideias correntes na atmosfera intelectual oitocentista.

Manoel Beserra, *Compendio de grammica philosophica* (1861)

Manoel Soares da Silva Beserra (Riacho do Sangue, CE, 1810 – Fortaleza, CE, 1888) formou-se como bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Ele exerceu as funções de cavaleiro da Ordem de Cristo, deputado provincial e geral do Ceará, professor substituto de geometria e membro do Conselho de Instrução Pública no Liceu do Ceará.

De acordo com Sacramento Blake (1900), ele escreveu o *Compendio de grammica philosophica do lyceu provincial* e o *Compendio de grammica da língua nacional*, publicados, respectivamente, em 1861 e 1877. Uma terceira obra de sua autoria foi identificada por Polachini (2018) – o *Compendio de grammica portugueza para uso do atheneu cearense e das escolas primarias*, publicado em 1865.

O original aqui examinado, cujo ano de publicação consta como 1861, é intitulado apenas *Compendio de grammica philosophica*, e trata-se da única edição conhecida da obra (cf. Polachini, 2018). Nesse contexto, o *lyceu provincial* possivelmente seria um acréscimo no registro de Sacramento Blake relacionado à adoção da obra por parte do Liceu do Ceará, onde o gramático atuava. Foi impresso na Typografia Social, no Ceará, e tem um total de 128 páginas.

No “Prefácio”, Beserra (1861) reconhece sua obra como imperfeita, mas, sendo fruto de estudo e meditação atenta sobre autores que, à época, teriam alcançado um maior reconhecimento no ensino público, também a considera digna de vir a lume e “medir-se com elles”. As gramáticas da língua portuguesa até então publicadas, na perspectiva do autor, não passavam de alterações

superficiais do que ele identificava como dois erros que haveriam passado despercebidos: 1. os pressupostos da *filosofia sensualista*, que rejeitava o inatismo e afirmava que o conhecimento depende da experiência adquirida com os sentidos; e 2. a *abordagem latinizada do português*, que forçosamente moldava a gramática da língua portuguesa à estrutura da língua latina.

Quer-se por força que por ser a língua portugueza oriunda da latina tenha o mesmo genio e natureza, e seja sujeita às mesmas leis de classificação, de conjugação e de construção e regencia, esquecendo-se que a latina, filha de uma philosophia barbara e caduca, não pode acompanhar a philosophia moderna em seus progressos, e modificar-se por elles por ser lingua morta, para ter direito de submeter às suas leis uma lingua viva, que no correr dos seculos se tem vindo transformando e aperfeiçoando por estes mesmos progressos (Beserra, 1861).

Ao longo do texto, o autor não nega uma filiação da língua portuguesa à língua latina, mas destaca sua ideia de que o português possuiria uma identidade própria, resultante de mudanças na estrutura da língua. Um dos exemplos abordados na construção do seu argumento é o uso de *artigos* e *preposições* no português, que substituiriam os *casos* latinos.

Pelo que escrevi, se deixa ao menos entrever, creio eu, que procurei libertar a nossa lingua dessa servidão que nos legaram os antigos classicos, os quaes, como disse o grande Frei Francisco de S. Luis no seu Glossario, por falta de estudo philosophico da lingua, cahiram em muitos defeitos no que respeita a organização da phrase e discurso, que hoje seriam erros graves, e talvez indesculpáveis (Beserra, 1861).

Em suma, a obra tenciona se contrapor a essa abordagem latinizada do português, assim como aos pressupostos da filosofia sensualista, e se apresentar como uma gramática *da língua portuguesa*.

Quanto à sua relação com o ensino de língua, cabe observar, em primeiro lugar, trata-se de uma gramática escrita por um professor, que também atuava no conselho de uma importante instituição de ensino cearense. Em segundo lugar, apesar de não direcionar a obra a um público leitor específico, ao final do “Prefácio” e se dirigindo aos que criticam “com bom senso e civilidade e por amor somente da sciencia”, Beserra (1861, grifo nosso) afirma:

[...] não quero que me perdoem; por que não desejo introduzir na circulação moeda falsa por verdadeira; pelo contrario desejo o seu concurso para aperfeiçoar este meu trabalho *por amor da nossa mocidade, a quem o dedico* no intuito de libertal-a do latinismo que nos traz atrasados.

Nesse sentido, para além do propósito de apresentar uma abordagem gramatical específica do português, pode-se entender que o autor pretendia que a obra servisse efetivamente como um instrumento de instrução para a mocidade.

Frederico de Villeroy, *Compendio da grammatica portugueza* (1870)

Frederico Ernesto Estrella de Villeroy (Porto Alegre, RS, 1837 – Porto Alegre, RS, 1897) formou-se em Matemática e, de acordo com Martins (1978), trabalhou como diretor-geral da Secretaria do Governo do Rio Grande do Sul (1885-), promotor público em Quaraí (1895) e chefe do expediente da Secretaria da Intendência Municipal de Porto Alegre (1897). Ele também foi professor em várias escolas de Porto Alegre, além de conferencista, autor didático e membro do Partenon Literário e da Sociedade Ensaio Literários.

Villeroy publicou a primeira edição de seu *Compendio da grammatica portugueza* em 1870, em Porto Alegre, na Tipografia do Rio Grandense. Por meio de Martins (1978), tomei conhecimento de uma segunda edição da obra, que foi lançada em Pelotas, pela Livraria Americana, em 1883; contudo, até o momento não foi possível localizar um exemplar dessa edição. Além dessa gramática, Villeroy escreveu o *Discurso na Loja Maçônica Escudo da Virtude*, em 1873; o opúsculo *A missão da mulher*, em 1877 (anteriormente publicado na *Revista do Partenon Literário*, em 1873); e a coletânea didática *Seleto nacional ou trechos escolhidos de diversos autores nacionais*, em 1883.

Na folha de rosto do *Compendio da grammatica portugueza* (Villeroy, 1870), indica-se que a obra foi adotada pelo Conselho Director da Instrução Pública para uso das escolas do Rio Grande do Sul. Há, também, uma citação a Cícero, seguida de sua tradução, elaborada pelo autor: “Que serviço mais importante podemos prestar ao paiz do que instruir a mocidade?”³

³ No original, “*Quod munus maiusvê, meliusvè Reipublicae possumus afferre, quàm si docemus juventutem?*” (cf. Villeroy, 1870).

Esses aspectos da obra denotam sua estreita relação com o ensino, tanto no público alcançado quanto na epígrafe escolhida para representar o propósito da obra.

No texto de apresentação, intitulado “Duas palavras ao leitor”, Villeroy (1870) afirma que, no decorrer de seu longo exercício do magistério, reconheceu a necessidade de uma gramática que facilitasse o estudo e o ensino da língua portuguesa. Nesse sentido, a obra se preocupa não apenas com o leitor consulente, mas também com o mestre e sua prática de ensino da língua enquanto disciplina.

O autor escreve, na sequência, que sua gramática surgiu em resposta a essa percepção e foi elaborada a partir de resumos das lições dadas a seus alunos, com o objetivo de suprir essa carência com um material adequado. Além disso, no decorrer do texto, Villeroy (1870) afirma que, para ensinar, dedicou-se ao estudo da língua e buscou consultar sempre “os autôres de melhor nota”, com destaque a Jerônimo Soares Barbosa, e aproveitar “aquilo que o meu raciocínio e pratica me aconselhavam e que o resultado me tem provado ser o melhor”. Nesse sentido, trata-se de uma gramática essencialmente escolar, que tanto busca suprir necessidades de ensino-aprendizagem quanto se fundamenta no estudo e na aplicação de um professor.

O texto segue indicando a possibilidade de se publicar uma segunda edição da obra, ampliada e corrigida, caso a primeira tivesse uma boa recepção – o que parece ter ocorrido, considerando-se a edição que veio a lume em 1883:

Não sei se consegui o fim a que me propuz; o tempo e a experiencia m'õ dirão em breve. E' um primeiro ensaio, com muitas imperfeições talvez, mas consciencioso e sem pretenções. Se fôr animado pelo favor publico, em breve darei 2.^a edição mais ampliada e com as correcções que possão ser necessarias á 1.^a, e talvez mesmo que antes publique alguns outros trabalhos que tenho em mãos, destinados á instrucção da mocidade (Villeroy, 1870).

Todavia, dada a falta de acesso a essa segunda edição, não é possível saber se de fato a abordagem gramatical sofreu alterações ou se a nova publicação se deve ao sucesso da obra naquele período. Outro detalhe interessante do trecho é que o autor faz menção a outros trabalhos (não publicados) de sua autoria, também destinados à “instrução da mocidade”, o que reflete sua preocupação com o ensino-aprendizagem tanto em um aspecto mais geral quanto em sua gramática de modo particular.

Villeroy (1870) encerra sua apresentação convidando a crítica à leitura da obra e agradecendo de antemão por suas considerações.

Manuel Pacheco e Boaventura Lameira, *Noções de grammatica portugueza* (1887)

Noções de grammatica portugueza, de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno (doravante *Noções de grammatica portugueza*) foi uma obra escrita em coautoria por Manuel Pacheco da Silva Junior (Rio de Janeiro, RJ, 1842 – Niterói, RJ, 1899) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade ([1839] – 1897), que veio a lume no Rio de Janeiro, em 1887. Poucas informações se têm da biografia dos autores, sobretudo do segundo.

Manuel Pacheco foi professor de língua inglesa no Lyceu de Artes e Offícios, e, em 1878, foi nomeado professor de Português e História Literária no Colégio Pedro II. Além das *Noções de grammatica portugueza* (Pacheco; Lameira, 1887), o autor escreveu diversos outros estudos linguísticos, como o *Novo methodo facil e pratico para aprender a lingua ingleza por Graesser segundo os princípios de F. Ahn, modificado e adaptado á lingua portugueza*, de 1876; a *Gramatica historica de lingua portuguesa*, de 1877; o *Estudo da lingua vernacula: phonologia*, de 1877; as *Noções de semantica*, de 1903 (publicação póstuma); o *Diccionario etymologico da lingua portugueza*, de 1877; entre outros (cf. Rocha, 2007). Quanto a Boaventura Lameira, sabe-se que foi professor da Escola Normal e filólogo, além de responsável pela seção de Estudos da Linguagem no periódico de divulgação científica *O Vulgarizador: o jornal dos conhecimentos úteis*, editado entre 1877 e 1880.

A despeito do reduzido número de informações biográficas encontradas sobre os autores, é importante destacar que ambos atuavam como professores, dado que também é mencionado na folha de rosto das *Noções de grammatica portugueza* (Pacheco; Lameira, 1887). Ademais, conforme evidenciado pelo subtítulo da mesma obra, esta foi organizada de acordo com o *Programa de Estudos de Fausto Barreto para o Collegio Pedro II*, o que reafirma o seu propósito pedagógico e escolar. A folha de rosto ainda apresenta uma epígrafe, sem a indicação de autoria, que aproxima essa gramática da perspectiva

histórica: “Ainda quando a grammatica historica só dêsse em resultado tornar as grammaticas ordinarias mais logicas e mais simples, já não prestava pequeno serviço”.

No texto de apresentação da obra (não intitulado), Pacheco e Lameira (1887) afirmam que inicialmente tinham a intenção de desenvolver uma gramática da língua portuguesa que rompesse com a tradição. No entanto, ao observarem a necessidade de uma gramática que atendesse ao “programma para os exames geraes de preparatórios”, sua obra seguiu uma outra direção:

E' que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa. Não apresentamos este trabalho como merecedor de gabos de excellente nem no intuito de nos revelarmos professores de sciencia jubilada. O tempo urgia; bosquejamos apenas o assumpto. Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programma official; seguimos todavia, para maior segurança dos viajantes novéis, o roteiro apresentado pelo governo (Pacheco; Lameira, 1887, p. 3).

Nesse trecho, fica evidente, como mencionado também anteriormente, que a obra foi concebida com o objetivo de esclarecer os tópicos exigidos no Programa Fausto Barreto que não estavam presentes nas gramáticas brasileiras em circulação. Os autores ainda assumem como público-alvo os *alunos*, a quem também se referem como “mocidade estudiosa”, o que novamente insere a gramática no contexto pedagógico.

De acordo com Pacheco e Lameira (1887), a *dosagem* foi a única dificuldade que tiveram de enfrentar na construção da obra. Para explicar essa questão, recorrem ao pedagogo Alberto Brandão (*apud* Pacheco; Lameira, 1887, p. 4):

A grande difficuldade com que vão arcar os professores é a dosagem, porquanto, como disse Michel Bréal, não ha methodo mais perigoso do que o historico, quando mal applicado, e os autores do livro a apparecer têm de pôr de parte a vaidade natural aos que muito estudam para formularem um livro modesto e comprehendido pelos que começam a estudar.
E isso, parece, ficará de accôrdo com os organizadores do programma, que levem saber que muitos dos pontos exigidos só poderiam ser tratados em theses, não de exames de preparatórios, mas de concurso no imperial Collegio.

Tendo isso em mente, os autores indicam, em nota, que estruturaram sua gramática da seguinte maneira: os conteúdos que o aluno deveria obrigatoriamente saber foram editados em uma fonte maior; já o aluno que desejasse aprender mais poderia consultar as notas redigidas em uma fonte menor. Nota-se, enfim, que a principal preocupação de Pacheco e Lameira (1887) incide no aproveitamento da obra para o aprendizado dos estudantes.

João Ribeiro, *Grammatica portugueza (3º anno)* (1889)

João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (Laranjeiras, SE, 1860 – Rio de Janeiro, RJ, 1934), mais conhecido como João Ribeiro, foi jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor e tradutor, e ocupou a cadeira 31 da Academia Brasileira de Letras.⁴

Ele se dedicou ao magistério desde cedo, tendo se tornado professor de língua no Colégio Almeida Martins, no Rio de Janeiro, desde 1881, e graduou-se em Ciências Sociais na Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, em 1893. Em 1887, participou do concurso para ensinar português no Colégio Pedro II, para o qual escreveu a tese *Morphologia e collocação dos pronomes*; porém, só foi nomeado três anos depois, para a cadeira de História Universal. João Ribeiro também trabalhou nos jornais *Época* (1887-1888) e *Correio do Povo* (1888-1889), utilizando ora pseudônimos, ora as iniciais do seu nome. Além disso, ele ocupou cargo de oficial da Secretaria da Biblioteca Nacional e lecionou no Gymnasio Nacional.

Cabe destacar que, apesar de ter se tornado professor de História Universal, João Ribeiro continuou a desenvolver, ao longo de sua carreira, estudos sobre a língua. De fato, em seus trabalhos intelectuais, Ribeiro se dedicava sobretudo às áreas da filologia, da história e do ensaio. No campo dos estudos linguísticos, publicou, entre outros trabalhos, os *Estudos philologicos: morphologia e funcciolgia* (1884), os *Exames de portugues* (1887, 1888, 1889), o *Diccionario grammatical* (1889), a *Grammatica portugueza da infancia* (1890, segunda edição), a *Grammatica portugueza elementar* (1888) e a *Grammatica portugueza (3º anno)* (1887). Suas obras, que tiveram grande

4 Detalhes da biografia de João Ribeiro também podem ser consultados no *site* da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro/biografia>. Acesso em: 29 abr. 2024.

reconhecimento, obtiveram diversas reedições publicadas e eram indicadas nos programas de estudo do Colégio Pedro II (cf. Polachini, 2018). Ademais, é importante notar que João Ribeiro foi autor de gramáticas voltadas para diferentes níveis de ensino, o que demonstra sua preocupação pedagógica.

No presente estudo, examina-se a terceira edição da *Grammatica portugueza (3º anno)*, gramática escolar lançada em 1889, no Rio de Janeiro. Na folha de rosto, João Ribeiro é reconhecido como autor do *Diccionario grammatical*, obra que também é mencionada na seção “Advertência”, assinada pelos editores em junho de 1889:

Ainda não ha dous annos que appareceu á luz publica (em setembro de 1887) a Grammatica Portugueza e já imprimimos hoje a terceira edição.
Nesta, poucas alterações fizemos; supprimiu-se o appendice em cujo lugar se reeditou o prefacio da edição anterior.
Nos lugares em que este livro fôr menos abundante em informações, aconselhamos ao leitor a consulta do Diccionario Grammatical do mesmo auto[r] (Ribeiro, 1889).

Vê-se, a partir dessa advertência, que João Ribeiro não redigiu uma seção de apresentação específica para essa terceira edição, mas a obra reproduz o prefácio da segunda, publicada em 1888 (cf. Polachini, 2018), em apêndice, o qual nos fornece alguns esclarecimentos. Entre os paratextos da gramática, também consta uma lista de obras de João Ribeiro, composta por: cinco livros já publicados, dos quais se indicam as tipografias, os locais de publicação, os anos e sua disponibilidade para aquisição; e dois livros ainda em elaboração.

João Ribeiro inicia o “Prologo da 2ª edição” com a advertência preliminar que escrevera na primeira edição da *Grammatica portugueza (3º anno)*, de 1887, em que explicara ao leitor a organização da obra e seu propósito:

A minha intenção foi a de escrever um livrinho util e claro que desaffrontasse a glottologia elementar do imminente descredito que, a olhos profanos, parece entre nós ameaçal-a. O criterio historico, por já não ser novidade, não necessita dos calamitosos excessos de alguns dos seus propugnadores. Tudo o que ha, houve, e vem de longe; é tempo de olharmos para atraz, de desabusarmos-nos dos nossos defeitos de revolucionarios. Hoje, com alegria o digo, é já impossivel desterrar o criterio philologico do estudo das linguas, realisado o triumpho, convém que uma temperada sensatez o consolide tanto quanto podem desacredital-o os desconcertos de varios devotos errados (Ribeiro, 1889, p. 323-324).

Esse trecho evidencia a adesão de Ribeiro, na constituição de sua gramática, à abordagem histórico-comparativa, que já se fortalecia de tal modo que, segundo ele argumenta, seria “impossível desterrar o critério philologico do estudo das linguas”. Ao mesmo tempo, o autor observara a necessidade de se tratar com sensatez os estudos oriundos desse método, tendo em vista os equívocos de “varios devotos errados”, o que demonstra dissonâncias entre os estudiosos daquele período.

Após essa retomada, Ribeiro (1889) aborda o sucesso alcançado por essa gramática, relatando que a primeira edição produziu mais de dois mil exemplares, que se esgotaram em quatro meses e alguns dias. O bom êxito do livro se deve a diversos fatores, entre os quais o autor destaca a “exaggerada benevolencia” da crítica: Carlos de Laet, escritor e presidente do Instituto Philologico, que retratou a popularidade da obra entre os franceses; Capistrano de Abreu, crítico de “grande e incontestada competencia”, que escreveu uma opinião positiva a respeito da obra na *Gazeta de Noticias*; Sylvio Roméro, “illustrado critico”, que teria a mesma opinião que Abreu; e ainda outros de diferentes regiões do país, nomeadamente Pará, São Paulo, Ceará e Pernambuco, tendo destaque o nome de Felisbello Freire.

Ribeiro (1889) segue afirmando que os excelentes testemunhos sobre a boa recepção de sua obra o impulsionaram a procurar melhorá-la como pudesse. Nessa tarefa, ele contou também com as observações de Aureliano Pimentel, professor do Colégio Pedro II, e Macedo Soares, filólogo americanista. Assim, o autor discorre sobre algumas partes do trabalho que foram desenvolvidas e sobre capítulos acrescentados que considera essenciais ao estudo gramatical. Ao final do texto, Ribeiro cita alguns estudos sobre a língua portuguesa, feitos no Brasil e no exterior, que mereceriam destaque. Por último, escreve: “Possa este livro encontrar o apoio que merecem os esforços do mais humilde discípulo da nova escola” (Ribeiro, 1889, p. 326).

Como afirmei anteriormente, esse texto de apresentação foi escrito para a segunda edição da obra, de 1888, e repetido na terceira, de 1889. Aliando-o à advertência escrita pelos editores, parece que essa terceira edição segue mais ou menos os moldes da segunda, com alterações no sentido de reduzir o volume de informações. O prólogo também evidencia a dedicação do autor em produzir uma gramática escolar que fizesse sentido para seu público leitor e, ao mesmo tempo, tivesse uma base teórica e metodológica consistente com os estudos desenvolvidos na atmosfera intelectual então vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo se propôs a refletir sobre a relação da produção gramatical brasileira do português com o ensino de língua portuguesa no contexto século XIX. Para tanto, apresentou-se um breve panorama das ideias em circulação no período oitocentista, no que tange aos estudos sobre língua e à gramaticografia. Foram analisados os *paratextos* das gramáticas de Beserra (1861), Villeroy (1870), Pacheco e Lameira (1887) e Ribeiro (1889), considerando-se também a biobibliografia dos autores e sua autopercepção refletida nas obras.

Em linhas gerais, observou-se que essas gramáticas foram constituídas com o propósito de atender a demandas sociopolíticas relacionadas a contextos de ensino e aprendizagem da língua percebidas por seus respectivos autores: Beserra (1861), para trazer o estudo do português segundo sua própria estrutura linguística; Villeroy (1870), para facilitar o estudo da língua para o aluno e o ensino para o mestre; Pacheco e Lameira (1887), para suprir a necessidade de uma gramática que seguisse o Programa Fausto Barreto; e Ribeiro (1889), para servir ao contexto escolar com clareza, a partir da perspectiva filológica. A argumentação construída nos textos de apresentação revelou movimentos de (des)continuidade com as diferentes correntes dos estudos linguísticos no século XIX. Finalmente, é importante ressaltar que todos os autores eram professores, estando, portanto, intimamente ligados ao ambiente escolar, e tiveram suas obras adotadas por instituições de ensino no Brasil.

Portuguese language teaching in 19th century Brazilian grammars

Abstract

This paper aims to reflect on the relationship between 19th century Brazilian grammaticography and Portuguese language teaching from a historiographical perspective (Koerner, 2014a, 2014b; Swiggers, 2013, 2019, 2020). First, it presents a brief overview of the intellectual atmosphere of the 19th century in which Brazilian Portuguese grammar was produced. It then analyses aspects of Portuguese language teaching that permeate the grammars of Beserra (1861), Villeroy (1870), Pacheco e Lameira (1887) and Ribeiro (1889), focusing on the *paratexts* of these grammars, the authors' biobibliographies and their self-perceptions reflected in the books.

Keywords

Historiography of linguistics. Brazilian grammaticography. Portuguese language teaching.

REFERÊNCIAS

BESERRA, M. S. da S. *Compendio de grammatica philosophica*. Ceará: Typographia Social, 1861.

BORGES NETO, J. *História da gramática*. Curitiba: Editora da UFPR, 2022.

COELHO, O. F.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. S. O português do Brasil em gramáticas do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 115-141, 2014.

FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, E. G. de M. *Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas*. 2021. 232 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

KOERNER, E. F. K. A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014a. p. 9-15.

KOERNER, E. F. K. Historiografia linguística. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 17-28.

MACHADO DE ASSIS. Instinto de nacionalidade. *O Novo Mundo: Periodico Illustrado do Progresso da Edade*, New York, v. III, n. 30, p. 107-108, 1873. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/122815/per122815_1873_00030.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

MARTINS, A. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, 1978.

PACHECO, M.; LAMEIRA, B. P. *Noções de grammatica portugueza, de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

POLACHINI, B. S. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. 458 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza (3º anno)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clarissa de Alves & C., 1889. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerPagina.bv?id=1&request_locale=pt. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROCHA, M. B. C. da. *O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Júnior*. 2007. 303 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. 7 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1900. v. 6. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. de O. *Historiografia da linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, P. Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. *Anales de Lingüística – Segunda época*, Mendonza, Argentina, n. 4, p. 139-154, 2020.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VILLEROY, F. E. E. de. *Compendio da grammatica portugueza*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1870.